

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , de 2016 (Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, em conjunto com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia para discutir a exploração de ouro no Rio Xingu.

Senhores Deputados,

Requeiro, nos termos do art. 255, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia, conjuntamente com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia, para discutir a operação da mineradora Belo Sun para extração de ouro no Pará, às margens do Rio Xingú.

Nesse sentido, solicito que sejam convidados:

- Representante da mineradora Belo Sun;
- Sra. Thais Santi Cardoso da Silva, Procuradora da República em Altamira (MPF – PA);
 - Sr. Luiz Fernandes Rocha, Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS – PA);
 - Representante do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);
 - Representante do Instituto Socioambiental (ISA).

Justificativa

Recentemente, a mídia trouxe ao conhecimento público a possibilidade da mineradora Belo Sun, um grupo empresarial canadense, vir explorar ouro na Volta Grande do Xingu, uma atividade com elevado potencial de risco ambiental em uma região que já sofreu impactos socioambientais significativos com a implantação da usina de Belo Monte.

A mineradora usará cianeto em sua atividade exploratória, um produto químico usado na separação do ouro e de elevado teor tóxico. Para isso, contará com uma barragem de rejeitos que é uma vez e meia maior que a de Mariana. Em seu relatório de impacto ambiental, a própria empresa avalia que o risco de rompimento de barragem é classificado como “Alto”.

Localizada 11 (onze) quilômetros rio abaixo, no Xingú, a localidade já sofre com os impactos socioambientais promovidos por Belo Monte. Do ponto de vista ambiental, uma catástrofe com cianeto seria letal para uma grande quantidade de espécies da flora e da fauna, com elevado risco para a população ribeirinha e comunidades indígenas que sobrevivem dos recursos do rio.

Por enquanto, as licenças ambientais estão em estudo pelos órgãos responsáveis. Faz-se necessário promover esse debate, de forma a conscientizar o poder público e a população para as possíveis consequências desse empreendimento. Nesse sentido, solicito o apoio dos meus nobres pares no sentido de aprovar este requerimento.

Sala das Reuniões, de Julho de 2016.

**Dep. Arnaldo Jordy
PPS – PA**

